**FRAGMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

**Fragments of Foucault’s Contributions to the Research in History of Education**

Laerthe de Moraes Abreu Junior[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

Este trabalho procura trazer fragmentos das contribuições de Michel Foucault para a história da educação, a partir das pesquisas realizadas no projeto “O pensamento educacional da primeira metade do século XX: uma análise biopolítica das práticas educativas brasileiras”.

**Palavras-chave**: História da Educação, Michel Foucault, Biopolítica, Práticas Educativas

**ABSTRACT**

This work seeks to provide some of Michel Foucault’s contributions to the History of Education based on the researchs carried out in the project “The educational thinking in the first half of the Twenty Century: a biopolitics analysis in the Brazilian educational practices”.

**Keywords**: History of Education, Michel Foucault, Biopolitcs, Educational Practices

.

**INTRODUÇÃO**

Este texto procura promover a discussão em torno das contribuições de conceitos de Michel Foucault para balizar pesquisas realizadas dentro de um projeto inserido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. O projeto intitulado “O pensamento educacional da primeira metade do século XX: uma análise biopolítica das práticas educativas brasileiras” desenvolve trabalhos situados no âmbito da escolarização e dos processos educativos fora da escola, tais como os desenvolvidos pela imprensa na época.

Tratar das práticas educativas brasileiras no contexto se apresenta como um plano muito vasto, que não só se delimita e com isso até se enriquece, quando são abordadas questões envolvidas num determinado e específico processo, como é o caso de investigações nas três primeiras décadas do século XX em Minas Gerais.

Aquele período merece um olhar atento, minimamente pelo número de iniciativas estatais em prol da educação, quando as autoridades republicanas – não de forma homogênea, integrada ou sistematizada, diga-se de passagem – promoveram variadas ações em diferentes estados, descentralizadas, esparsas e até desequilibradas do ponto de vista social e econômico, que dependiam muito do modo como cada estado enfrentava suas obrigações federativas.

A simples menção da inexistência de uma secretaria estadual para tratar da educação oferece um parâmetro para avaliar os problemas envolvidos nessa área, quando tal secretaria esteve vinculada aos negócios de estado e do interior. Assim, a escolarização era entendida como mais um problema econômico do que propriamente da cultura, da sociedade e, logicamente, da educação das unidades federativas.

Ainda mais: a farta menção na historiografia da educação brasileira às chamadas “reformas” da década de 1920 merece, também, ser problematizada. Pode-se argumentar que nem mesmo havia uma “forma” consolidada para a educação, que caminhava muito, mas muito lentamente, para atender a velhas intenções de um ensino amplo e gratuito de modo a atingir verdadeiramente a população brasileira. Mas isso é trabalho para outras pesquisas.

A organização política enfrentava desafios seculares ao assumir uma postura republicana de ensino público e gratuito para todos, num país em que a cidadania estava muito longe de atingir parcelas significativas da população. Após séculos de descaso dos colonizadores com a formação de um verdadeiro “estado” brasileiro – formação essa para a qual se voltavam as nações ditas civilizadas do hemisfério norte, em seu longo processo de formação de estados liberais – e ainda com a desregulamentação do mundo do trabalho após perversos séculos de exploração dos escravos, eram muitos e pesados os obstáculos para o Brasil se colocar no mesmo plano das nações inspiradoras de nossos sonhos de civilização e progresso.

Com a República, parece ter se formado um estado capenga, sem cidadania, haja vista que uma nação não se consolida – ao menos nos moldes dos estados liberais, nossa inspiração e aspiração – apenas com uma elite não só muito diminuta, como afastada das outras categorias sociais que por aqui circulavam. Associações de grupos organizados de profissionais das cidades e do campo eram muito tênues, tal a pouca participação dos comerciantes, funcionários e burocratas das autarquias e demais trabalhadores livres na vida política e social. Isso sem falar no que fazer com a enorme parcela da população abandonada e espalhada por todos os núcleos urbanos e rurais – muitos decorrentes da ausência de uma política para o fim da escravidão. Faltava à população de tudo um pouco: saúde, educação, sustento, moradia e serviços básicos estatais como saneamento, estradas e meios de transporte, para falar nas condições muito gerais do viver com dignidade.

A diferença de nível socioeconômico era tão grande que se fazia urgente o esforço de conclamar a população à República, ainda nas décadas posteriores a sua proclamação. No que diz respeito, por exemplo, à responsabilidade da educação por essa ausente cidadania, faltavam leitores para configurar um quadro de eleitores que desse uma feição minimamente condizente com os propósitos de um estado republicano sério e não uma caricatura grotesca da exígua participação da população a conduzir politicamente seus desígnios, marca, ou chaga de nossa incivilidade.

Assim, fazia-se urgente, repita-se e mesmo que distante no tempo em que foram se constituindo nas chamadas civilizações ocidentais dos estados do hemisfério norte, a criação de um estado liberal, ou do liberalismo, tal como define Foucault:

[...] Procurei analisar o “liberalismo” [...] como uma prática, isto é como uma maneira de fazer orientada por objetivos e regulando-se por uma reflexão continua. O liberalismo deve ser analisado como princípio e método de racionalização do exercício do governo. (FOUCAULT, 2008b, p. 432)

O Estado liberal, nessa concepção, se preocupa com a conduta dos homens e, com isso, supõe uma presença da população ativa tanto da execução quanto na compreensão dos propósitos republicanos. Assim, no liberalismo são efetivados eventos de governamentalidade para a consecução de seus princípios, entendida a governamentalidade como

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2009, p. 291-292)

Esses princípios de governamentalidade se sustentavam mais na vontade de seus dirigentes em civilizar o Brasil, mas que ainda se manifestavam de forma incipiente e insipiente no seio da população.

As duas principais palavras-chave que caracterizam as três primeiras décadas do século XX na sociedade brasileira são: civilização e progresso. São essas as preocupações diuturnas de seus dirigentes, posto que para haver uma elite é preciso, também, que exista uma população ordeira e obediente a (à) qual essa elite (se) dirige.

Esses são os eixos de compreensão dos objetos pesquisados (as formas das práticas educativas nessa primeira metade do século XX no Brasil e mais especificamente nas pesquisas aqui em Minas Gerais arroladas no final do trabalho) que se sustentam a partir das contribuições de Foucault, das quais serão apresentados fragmentos.

**CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT**

A partir de uma visão extensiva, a obra de Foucault oferece duas grandes contribuições para a historiografia: os conceitos, ou seja, as proposições epistemológicas que compreendem as análises mais conhecidas, mesmo que de complexo entendimento – visto que o autor era um filósofo e as contribuições metodológicas espraiadas pela sua obra não só pela argumentação de seus conceitos, como pela notória preocupação com a linguagem, foco de atenção dominante em sua época.

A começar pela epistemologia, vejamos como o filósofo entendia a contribuição da história nova em *A arqueologia do saber*

Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina e valida sua análise. A história nova [...] problematiza as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação. (FOUCAULT, 2008a, p. 10-11)

Foucault enxerga, dessa forma, um papel ao pesquisador de fazer parte da investigação, de não tentar se isentar ou se neutralizar diante daquilo que, em resumo, ele próprio propõe a ser pesquisado.

Foucault vê a história a partir das descontinuidades, das rupturas, sem a preocupação com a teleologia:

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo de correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens e as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é possível constituir. Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão. (FOUCAULT, 2008a, p. 11-12)

Por sua vez, em *As palavras e as coisas* uma parte da discussão sobre a história do pensamento que pode ser apropriada para a conceituação da história em geral:

Não é fácil estabelecer o estatuto das descontinuidades para a história em geral. Menos ainda, sem dúvida, para a história do pensamento. Pretende-se traçar uma divisória? Todo limite não é mais talvez que um corte arbitrário num conjunto indefinidamente móvel. Pretende-se demarcar um período? Tem-se porém o direito de estabelecer, em dois pontos do tempo, rupturas simétricas, para fazer aparecer entre elas um sistema contínuo e unitário? A partir de que, em seguida, se desvaneceria e se deslocaria? A que regime poderiam obedecer ao mesmo tempo sua existência e seu desaparecimento? Se ele tem em si seu princípio de coerência, donde viria o elemento estranho capaz de recusá-lo? Como pode um pensamento esquivar-se diante de outra coisa que ele próprio? Que quer dizer, de um modo geral: não mais poder pensar um pensamento? E inaugurar um pensamento novo? (FOUCAULT, 2007, p. 68-69)

Pode-se facilmente perceber que, em sua argumentação epistemológica, Foucault apresenta seu método (ou serão métodos?) de proceder. Logo de cara se leem muitas indagações em meio a afirmações que se jogam nesses espaços de argumentação.

É preciso marcar como uma referência importante para a sustentação das investigações aqui desenvolvidas sob a ótica do pensador francês a mesma proposta metodológica contida logo no início de *História da sexualidade 2, o uso dos prazeres*. O autor se propõe a falar da “sexualidade” a partir de três eixos que a constituem:

a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade. (FOUCAULT, 1998, p. 10)

Esses três eixos podem confortavelmente acomodar fora do âmbito do trabalho de Foucault sobre a sexualidade outros objetos para estudos e pesquisas. É importante reiterar da citação a “formação de saberes” (como *genealogia*); “os sistemas de poder que regulam” (como instâncias promotoras de *relações ou de sistemas de relações com*); (e as) “[...] formas como se reconhecer como sujeitos” (isto é o *modo* como essas regulações de saberes e de poder se fazem presentes na constituição de sujeitos sociais).

Outro conceito trabalhado por Foucault e que merece destaque aparece logo no início de *As palavras e as coisas*: o heteróclito. Aqui se trata da possibilidade de ordenar, colocar em categorias os conhecimentos e dar uma forma ao campo epistemológico de cunho objetivo e até científico. O heteróclito em Foucault é trazido como uma provocação para se refletir tanto sobre a sintaxe das palavras e suas relações de concordância, subordinação e ordem, quanto sobre a semântica no que se denominam significados e sentidos para as palavras.[[2]](#footnote-2)

**A PESQUISA DESENVOLVIDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI: O PENSAMENTO EDUCACIONAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX** – **UMA ANÁLISE BIOPOLÍTICA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS BRASILEIRAS**

A primeira metade do século XX no Brasil pode ser caracterizada tanto pelo esforço de escolarização por todo o país como pela tênue presença das instituições escolares na vida social. Essa ambiguidade – necessidade de expansão da escola na sociedade e sua inoperância devido à falta de qualificação de profissionais da educação e de investimentos efetivos em instituições escolares – faz com que tenhamos de nos voltar a outros meios sociais que parecem ter cumprido um papel educativo tão, ou mais importante até, que a escola. Com isso, as pesquisas sobre a educação na primeira metade do século XX no Brasil têm que dar uma atenção especial ao pensamento educacional que circulava principalmente na imprensa periódica.

A sociedade brasileira nessa época parece ter sido entendida pelos intelectuais e dirigentes daquele momento histórico como uma aglomeração popular desarmônica e inculta, cuja característica mais marcante era a “falta”. Principalmente, a falta de cuidados: com a saúde – leia-se higiene, com a moral, com a educação e também com a própria raça – entendida na época como a marca de cada nação no panteão das sociedades civilizadas que cultivavam o patriotismo como sinonímia de amor próprio: ser civilizado é também ser patriota e assim contribuir para o engrandecimento da raça.

Enfim, a população era vista como necessitada de uma intervenção política – ou melhor, biopolítica se empregarmos a concepção de Foucault, segundo a qual

deveríamos falar de “bio-política” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (FOUCAULT, 1988, p. 155-156)

E, também, no sentido de “utilizar essa população como uma espécie de entidade biológica, como máquina para produzir riquezas, bens e outros indivíduos” (FOUCAULT, 2008b, p. 59). A finalidade dessa intervenção biopolítica era corrigir, doutrinar e moldar a tal aglomeração popular, principalmente nas cidades – vitrine da vida civilizada –, mas sem descuidar também do “rude homem do campo”. As referências para esse modo de vida eram as sociedades europeias, principalmente França e Alemanha, e a americana. Nesse autoentendimento do que era uma vida civilizada, somente as próprias elites podiam indicar como fazer para constituir um povo ordeiro, controlado, útil e trabalhador; enfim, tornar o brasileiro saudável física e moralmente e patriota.

Com isso, há um esforço generalizado de educar a população e inculcar formas de vida baseadas em princípios morais, higiênicos e patrióticos – vindos da Europa e dos Estados Unidos, repita-se –, para isso deveriam ser utilizados todos os meios educativos disponíveis. Assim, o pensamento educacional que circulava pelos meios sociais – em palestras, conferências, teses acadêmicas, livros, jornais, programas de rádio, propagandas, etc. – buscava apoio e coerência nesses princípios – enunciados por médicos, juristas, autoridades políticas, intelectuais e jornalistas, todos eles imbuídos da função de educadores da população.

Nesse contexto, é fundamental destacar a presença do discurso higienista por meio de propostas biopolíticas, quais sejam: ações voltadas para o bem “viver” e o “como viver” do indivíduo e da população. Esses discursos contêm efeitos de verdade permeados por relações de poder ao descrever as ações que deveriam ser empreendidas e quais os profissionais seriam adequados para executá-las. O interesse pela saúde da população é evidenciado por meio de propostas como: criação de centros de estudos e pesquisas para o tratamento e profilaxia de doenças; inspeção e fiscalização pela polícia sanitária de casas, logradouros públicos, gêneros alimentícios, produtos biológicos, profissões; inspeção médica (leia-se controle) da população de imigrantes e outras medidas de vigilância; organização de estatísticas; combate a epidemias; propaganda e educação sanitária; repressão ao curandeirismo; e, também, punição para funcionários que negligenciarem na relação dos óbitos, casamentos e nascimentos.

A manifestação do higienismo como um ramo da medicina se nota com muita visibilidade na sociedade europeia a partir de meados do século XIX – em seguida, essa manifestação chega ao Brasil. Nos cursos de medicina em nosso país, desde 1840 são defendidas teses pelos médicos em seus trabalhos de conclusão do curso que propõem desde a seleção de locais e modos para construir escolas, passando pelas medidas para a disposição das salas de aula, até os exercícios físicos para robustecer o corpo e restabelecer a saúde do aluno (GONDRA, 2004). A partir do início do século XX são propostas medidas mais efetivas para a educação: exames e testes das condições sanitárias, tanto biológicas quanto psíquicas dos alunos. Nesse percurso pela educação, os médicos, principalmente, mas não com exclusividade – pois também havia advogados, engenheiros e professores no contexto –, produziram discursos que se ordenaram na perspectiva da “ortopedia social” (FOUCAULT, 2009, 86).

A expectativa encontrada em grande parte dos discursos educacionais da primeira metade do século XX é a de estabelecer um programa educacional apoiado em princípios morais[[3]](#footnote-3) para incluir os desviantes, ou seja, o próprio povo brasileiro que representa uma ameaça em potencial para o (bom) andamento da sociedade.

O higienismo é um componente fundamental dessa configuração por trazer os princípios médicos que devem ser seguidos e obedecidos fielmente, posto que a medicina produz um efeito de verdade em seu discurso supostamente provado e demonstrável pela sua argumentação científica. O higienismo é um movimento de profilaxia da anormalidade, assim como é um referencial para estabelecer o nível de desvio da conduta normal (e moral, também!) e ainda verificar os casos passíveis de educação e os casos perdidos (que precisam sem separados, ou seja, incluídos e tratados nas categorias dos anormais desviantes).

Pode-se inferir que o higienismo na educação é uma derivação dos princípios legais (jurídicos, obviamente, mas médicos também),[[4]](#footnote-4) e por serem médicos são princípios científicos que têm por meta explícita elevar a qualidade cívica da sociedade, mas que trazem nas entrelinhas dos discursos produzidos um viés autoritário e preconceituoso.

É possível ler nas entrelinhas dos discursos produzidos pelos higienistas na (e para a) educação uma intenção salvacionista, uma expectativa de que a educação (desde que cientificamente embasada e planejada – repita-se mais uma vez e exaustivamente que a ciência dominante na época é aquela produzida pelo saber médico) possa sanar os males da sociedade.

Não há como negar uma intenção dogmática e até religiosa nas ações dos higienistas.[[5]](#footnote-5) Os discursos que produzem repercutem e reverberam em diferentes contextos sociais e políticos. O efeito de verdade (médica) é capaz de convencer muitos e suspender divergências de classes e visões de mundo: capitalistas, comunistas, católicos, protestantes, positivistas, ateus... Há representantes de todas as crenças e categorias sociais no “exército” dos salvacionistas que querem o respeito à lei, à ordem e ao progresso em nome de uma sociedade justa e equilibrada, na qual cada um assume seu papel para o bem comum.

O recorte temporal delimitado na primeira metade do século XX é, na verdade, um marco, uma referência, que não implica em ficar preso a datas e divisões consagradas na historiografia convencional. É possível estender a passagem dessa constituição para as duas ou três décadas finais do século XX, vislumbrando os percursos educativos do final do império e início da república. Pesquisas recentes apontam para um movimento de diversas formas de educação e de processos múltiplos de socialização de indivíduos e grupos sociais atuantes no século XIX que, além das iniciativas governamentais e das elites, também recebeu contribuições de “indivíduos oriundos das classes populares, brancos livres, indígenas, escravos, forros e a população mestiça” para “inventar e produzir a escola como um lugar próprio, específico, destinado à educação de crianças e jovens” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 20). Esses processos educativos do século XIX, também passam por questões higienistas e morais.

Para não alongar indefinidamente o recorte temporal proposto para esta pesquisa, o marco para seu término está situado por volta de 1947, início da redemocratização do País. Naquele momento, a educação brasileira vivenciou um longo período de embates entre projetos e ideias até a criação da primeira lei de diretrizes e bases. O período de 1947 a 1961 – principalmente por suas características político-pedagógicas – merece uma atenção especial que se encontra fora dos propósitos deste trabalho. Nessa época, os conceitos higienistas e seus correlatos já não aparecem de forma tão explícita, nem com a mesma frequência nos documentos educacionais. No entanto, é preciso ressalvar que ideias e concepções higienistas e morais estiveram (como ainda estão hoje) presentes em inúmeros projetos e propostas educacionais e pedagógicas depois de 1947.

Com o entendimento de que não há um conceito uno e inequívoco sobre o higienismo, mas que a partir de sua composição heteróclita é possível analisar sua diversidade de concepções de valores e visões de mundo, a pesquisa se ancora em uma perspectiva tanto metodológica quanto epistemológica na obra de Foucault, da qual foram escolhidos textos mais pertinentes ao propósito deste trabalho. E por que trabalhar com Foucault?

Sem se alongar mais na justificativa da importância das contribuições do pensador francês, é preciso destacar nesta apresentação uma das obras mais significativas para a compreensão das relações do higienismo e da moral na sociedade, como mais um exemplo de sua contribuição metodológica. Trata-se do livro *Os anormais*.

Foucault, no curso ministrado no *Collège de France* entre 1974-1975 e publicado no Brasil como livro em 2002, analisa a genealogia do discurso médico – aliás, discurso médico-jurídico – na França em meados do século XIX, em sua pretensão de normalizar a sociedade (FOUCAULT, 2002). Foucault não intenta realizar uma análise institucionalista ou ideológica, mas procura identificar as tecnologias de poder que utiliza esse discurso e tenta fazê-lo funcionar. Nesse sentido, a análise foucaultiana é fundamental para o trabalho ora desenvolvido, pois não há mesmo uma verdade a ser dissecada no discurso, mas os efeitos da verdade que se produzem no discurso. Em *Verdade e poder*,[[6]](#footnote-6) ao ser questionado por Alexandre Fontana a respeito dos conceitos de ideologia e repressão, Foucault assim reflete:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é o de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (FOUCAULT, 1979, p. 7)

Por meio da leitura de *Os Anormais* é possível estabelecer uma hipótese inicial para a presença do higienismo na educação. A genealogia do interesse por esse modo de encarar o higienismo pode estar na preocupação legal com o equilíbrio da sociedade e com os investimentos para que isso seja alcançado; ou seja, é uma preocupação com a economia legal[[7]](#footnote-7) para o (“bom”) funcionamento da sociedade.[[8]](#footnote-8)Nesse contexto de busca de equilíbrio, é preciso que a sociedade se organize em harmonia e num clima de respeito à ordem. Que harmonia e ordem são essas? Aquelas que atendam ao interesse dos que constituíram o poder vigente e do qual fazem parte médicos e juristas. Nesse contexto histórico há necessidade da união de esforços do saber médico – que institui os conceitos que devem pautar o comportamento dos indivíduos – com o aparato jurídico, suporte do apoio legal para realizar a vigência dos parâmetros almejados (na verdade idealizados) pelo saber médico.

Assim, são estabelecidas tecnologias de poder, e Foucault (2002) explicita que são tecnologias “positivas” de poder (p. 59); qual sejam, aquelas ações efetivas pautadas pelas instâncias político-administrativas visando à produção de comportamentos tanto individuais quanto sociais. Para isso, as tecnologias de poder se valem da produção e difusão de normas e procedimentos visíveis e palpáveis em sua natureza operativa, em que o controle ideológico não é o mais importante a analisar, pois a repressão “só figura a título de efeito colateral e secundário” (p. 64). O que Foucault apresenta aqui é um novo modelo de tratamento que não se faz simplesmente pela exclusão.[[9]](#footnote-9) Volta-se agora para o modelo proposto e efetivamente adotado na Idade Média para os pestilentos. É um modelo de *inclusão*, cujo método se define pela “observação próxima e meticulosa [...] e implica uma espécie de aproximação cada vez mais sutil do *poder* aos indivíduos” (p. 58, grifo meu). Nessa concepção foucaultiana, o poder não requer uma análise ideológica, posto que está “integrado no jogo, na distribuição, na dinâmica, nas estratégias, na eficácia das forças” (p. 65); ou seja, o poder não está mais afastado do cotidiano, mas integrado vivamente nas práticas sociais.

Na investigação dos discursos produzidos nas primeiras décadas do século XX sobre higiene e educação visando à melhoria das condições do povo brasileiro, podem ser utilizados com propriedade os conceitos foucaultianos, justamente pelo entendimento de que esses discursos têm caráter de inclusão, qual seja, o de fornecer um modelo de educação que atenda ao tratamento das carências do povo brasileiro, mas que deixa manifesto quem dita o poder e quais são as normas e procedimentos a serem seguidos.

O modelo que se utiliza exemplarmente desse poder – pois é sobre o poder, e o discurso do poder que funciona ou tenta funcionar por meio de tecnologias diversas, que Foucault fundamenta e desenvolve seu texto – é o modelo médico-jurídico ou jurídico-médico, pois não importa a ordem sequencial: “O que veio primeiro o médico ou o jurista?”.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, está em curso um novo projeto político-social cuja referência se apoia em conceitos higienistas difundidos na sociedade europeia desde o início do século XIX. Começa-se a se definir e categorizar os indivíduos e os grupos sociais por meio de determinadas características (físicas e morais) que vão chegar à formação de perfis psicológicos e patológicos também, quando se manifestam desviados das características definidas como da normalidade.[[10]](#footnote-10) Esse é um processo histórico longo, descontínuo e nem sempre claro ou coerente.

Os conceitos foucaultianos nos incitam, também, a inserir uma relevante consideração nesse contexto higienista e moral: a relação entre a criminalidade e a educação. Há sempre uma expectativa de que os anormais mais cedo ou mais tarde poderão se transformar em criminosos, e isto significa cuidar do que eles representam: a perturbação e o desvio das normas do (bom) convívio social. A possibilidade da ocorrência de um crime é que mobiliza a constituição de um modelo médico-jurídico para a sociedade. Se o crime cometido não pode mais ser corrigido, pode, no entanto, ser evitada sua repetição com a aplicação de penas que sirvam de “exemplo” para a prevenção de crimes semelhantes. A função educativa do crime a ser evitado pela aplicação da penalidade legal é evidentemente uma expectativa a ser alcançada sem tanta consistência do que outra ação educativa mais eficaz: a educação escolarizada, ou seja, as normas e procedimentos didático-pedagógicos impetrados dentro das instituições educacionais são necessários para prevenir/evitar a eclosão de manifestações antissociais.

Para finalizar esta parte da apresentação do projeto, será abordada a hipótese que norteia este trabalho. Este projeto aponta para a relação, ou melhor, um sistema de relações que envolvem a formação do discurso para a sociedade e, especificamente, para a educação sob a tutela de preceitos de moral e higiene. Esse discurso se formou num percurso descontínuo, irregular e disperso,[[11]](#footnote-11) cuja genealogia pode ser invocada na sistematização dos princípios de condução e regulação dos comportamentos propostos por Erasmo e publicados em 1560 em *De Pueris: A civilidade pueril* (ERASMO, 2008).[[12]](#footnote-12) Os preceitos de moral, fortemente embebidos de princípios cristãos,[[13]](#footnote-13) dão sustentação à forma de vida em sociedade forjadas principalmente na sistematização dos projetos de educação escolarizadas das crianças ocidentais durante três séculos.

Já no século XVII, a medicina começa a se movimentar para ocupar um papel de relevância na condução dos processos individuais e sociais a partir dos conhecimentos sobre o funcionamento do corpo humano, estabelecendo cada vez mais, notoriamente, princípios para a aquisição e conservação da saúde. Nesse contexto histórico, destaca-se o trabalho do médico inglês William Harvey sobre a circulação do sangue:

Suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração levaram a novas idéias a respeito da saúde pública [...], A revolução médica parecia ter operado a troca da moralidade por saúde; e os engenheiros sociais, estabelecida a identidade entre saúde e locomoção/circulação. Estava criado o novo arquétipo da felicidade humana. (SENNETT, 2008, p. 262-263)

Nos oitocentos, o discurso médico se consolida com a aproximação ao discurso judiciário, visando à condução da vida social por meio de princípios de justiça (moral e ordem) que sejam cientificamente balizados (FOUCAULT, 2002). Na segunda metade do século XIX, ideias higienistas – assim como eugenistas – recobrem o discurso moral (e religioso) pela força persuasiva de sua argumentação científica, sem, eliminar, obviamente, a presença de ideias morais e religiosas na sociedade.

Na passagem do século XIX para o século XX, ocorre a manifestação de um novo componente nesse contexto. Trata-se do surgimento dos testes de inteligência, cuja genealogia pode ser encontrada no esforço de Francis Galton em propor uma escala de medição em 1882.[[14]](#footnote-14) Alfred Binet é quem vai verdadeiramente dar início ao que hoje é corriqueiramente (mal) conhecido e (muito) falado Teste de Q.I.[[15]](#footnote-15) O objetivo era dar mais cientificidade ainda aos princípios que a medicina recobrira sobre a dita anormalidade, mais pronunciados verbalmente do que verificados concretamente, algo que os testes psicológicos mostrariam com clareza.

É nesse contexto de princípios morais/religiosos, recobertos e convertidos parcialmente em fundamentos científicos pela medicina do século XIX e aprimorados pela contribuição da psicologia, preocupada em tornar-se a verdadeira ciência do comportamento humano (via testes de inteligência), no princípio do século XX, que se vai fundamentar a pedagogia da atualidade.

Na primeira metade dos novecentos, a pedagogia estava preocupada com os meios para se tornar uma ciência da educação e com isso se envolveu em sistemas de relações cada vez mais complexas e de difícil separação entre seus elementos constituintes: médico/judiciário/psicológico e sem perder o viés moral/religioso. Essas relações promoveram formações de discursos para a educação com características de descontinuidade, irregularidade e dispersão. Essa formação heteróclita, no entanto, não perdeu o foco de sua objetividade, o de tutelar projetos e propostas educativas em três dimensões: educar os educáveis; corrigir e sanar os defeitos dos corrigíveis e separar (incluir em instituições específicas) os incorrigíveis para não prejudicarem a harmonia social.

O projeto aqui apresentado – apesar da sua multifacetária inserção e sem perder de vista as singularidades de cada pesquisa já realizada e das que serão desenvolvidas – tem uma prioridade: a análise da produção e difusão de um discurso que por sua composição heteróclita tem muita dificuldade em se impor como hegemônico, sem se notar notórios paradoxos e clara puerilidade. O que se pretende é colocar a atenção na intertextualidade desses, na verdade, *discursos* (no plural). A análise intertextual visa, justamente, apontar e descobrir (tirar a capa que ingenuamente tenta protegê-los de sua fragilidade epistemológica) essa outra face que tenta se esconder atrás (ou dentro ou abaixo) da manifestação desses discursos expostos como força e poder da verdade. A proposta é de ir mais para o fundo (ou “profundo”) dos discursos, percorrê-los por dentro e visualizar as formas com que querem se naturalizar (como força e poder da verdade). É algo dado como se fora do discurso não existisse a realidade. É preciso questionar essa “verdade” e ler a realidade aí manifesta (no discurso). Mas, que tipo de leitura é possível? Aquela que mostra as dobras (*plica* em latim) do discurso: tanto a que *implica* (dobra para dentro – e traz junto), como a que *explica* (desdobra – coloca para fora).

De forma resumida pode ser dito que o interesse da pesquisa se concentra em torno de dois eventos: primeiro nas relações (*com*); mas também nos modos (*como*) da presença do higienismo e da moral na formação dos discursos para a educação na primeira metade do século XX.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUMAS PESQUISAS REALIZADAS**

Como fecho deste trabalho, apresento de forma resumida três pesquisas entre quatorze realizadas a partir do projeto anteriormente descrito que oferecem um panorama das possibilidades de exploração do tema.

Na dissertação “*A escola só recebe alunos limpos*”: *discursos biopolíticos para a educação na legislação mineira de 1927*, defendida em 2012 por Eliane Vianey de Carvalho, foi feita a análise do discurso biopolítico na legislação mineira de 1927, evidenciando como as propostas educativas voltadas para a saúde do indivíduo e da população aparecem no texto legal. Para tal, discurso, sob a perspectiva de Michel Foucault, nos regulamentos da Saúde Pública, da Assistência a Alienados de Minas Gerais, da Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes, bem como nos textos direcionados exclusivamente à educação, como o Regulamento e os Programas do Ensino Primário (CARVALHO, 2012).

Em *A educação nas páginas do jornal* “*O Correio*” *(1926-1930)*, Luciana Vilela Paiva defendeu a dissertação em 2014, que aborda os discursos sobre as diversas formas de tratar a educação e as suas relações com a saúde da população nas publicações do jornal semanal de São João del-Rei *O Correio*, entre os anos de 1926 e 1930. Nas matérias do jornal são frequentes os vestígios da preocupação educativa com a formação e destino da população são-joanense por meio do cuidado e tratamento, assim como da profilaxia dos diversos tipos de doença física e moral que supostamente atingiam essa população. Havia uma série de matérias que pretendiam manter a população são-joanense informada sobre as diversas medidas educacionais e de saúde implantadas na cidade, pois se esperava formar uma população para o trabalho diante das adversidades dos centros urbanos (PAIVA, 2014).

Em 2015, Fabiana Aparecida Olívia defendeu a dissertação *Biopolítica, cidadania, educação e imprensa: uma análise do* “*Codigo de posturas municipaes de Oliveira - Minas Gerais*”(1937), em que investiga a presença do discurso biopolítico nas páginas do jornal *Gazeta de Minas*, especificamente no que se refere à publicação do *Codigo de Posturas Municipaes de Oliveira* em 1937. A publicação do *Codigo de Posturas Municipaes de Oliveira* evidencia a tentativa de educar o indivíduo e a população por meio de normas de comportamento, trata da higiene domiciliar, alimentação pública, moléstias epidêmicas, além de abordar o comportamento dos comerciantes, mendigos e infratores (OLÍVIA, 2015).

Em todos os trabalhos citados, a presença dos conceitos de Foucault foi imprescindível para não só embasar epistemologicamente como sustentar o percurso de elaboração das pesquisas. Tratar aqui das contribuições de Foucault como fragmentos foi um modo de deixar evidenciada a seleção de uma parte apenas de suas propostas teórico-metodológicas diante da diversidade e das possibilidades de investigação que o autor oferece em sua obra.

**REFERÊNCIAS**

CARVALHO, Eliane Vianey de. “*A escola só recebe alunos limpos*”:discursos biopolíticos para a educação na legislação mineira de 1927. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSJ, São João del-Rei, 2012.

ERASMO. *De pueris (Dos meninos)*: A civilidade pueril. 2. ed. São Paulo: Ed. Escala, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2*:o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Os anormais*: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 27. reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOULD, Sthephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLÍVIA, Fabiana Aparecida. *Biopolítica, cidadania, educação e imprensa*: uma análise do *Codigo de posturas municipaes de Oliveira – Minas Gerais* (1937). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSJ, São João del-Rei, 2015.

PAIVA, Luciana Vilela. *A educação nas páginas no jornal O Correio (1926-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSJ, São João del-Rei, 2014.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada 3*: da Renascença ao Século das Luzes. 9. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENNET, Richard. *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

1. Professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. [↑](#footnote-ref-1)
2. Sobre o *heteróclito*, diz Foucault: “importa entender esta palavra no sentido mais próximo de sua etimologia: as coisas aí são “deitadas”, “colocadas”, “dispostas” em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar-comum” (FOUCAULT, 2007b, p. XII-XIII). Resumindo: a ordem e a classificação são sempre instituídas, elaboradas e provocadas. [↑](#footnote-ref-2)
3. Não nos esqueçamos da configuração política da República brasileira que, sob o lema “Ordem e progresso” presente vistosamente em sua bandeira, teve a colaboração de intelectuais seguidores dos preceitos positivistas de Augusto Comte. Uma das preocupações dessa configuração política era a consecução de um modelo para a sociedade numa relação entre ciência (social) como previsão, e a previsão para a ação (social) nesse caso, especificamente, se trata da ação educativa. [↑](#footnote-ref-3)
4. Só como um exemplo do que se está tratando aqui: encontram-se na legislação mineira do início do século XX duas referências importantes que incorporam o saber médico ao judicial. No Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, publicado pela Secretaria de Interior e que aprova o regulamento do ensino primário, encontram-se dois títulos relevantes para o tema desta pesquisa: *Da Hygiene escolar e da Assistencia Medica e Dentaria* e *Do apparelhamento* (que trata de prédios escolares, mobiliário e materiais escolares). [↑](#footnote-ref-4)
5. Muitos deles são cientistas e católicos, e quando não são católicos, seguem o positivismo, considerada uma religião da humanidade. A Igreja Positivista do Brasil foi fundada em 1881 por Miguel de Lemos (um filósofo) e tem sua sede, Templo da Humanidade, em funcionamento até hoje, situada no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-5)
6. Entrevista concedida em junho de 1976 a Alexandre Fontana e P. Pasquino intitulada *Vérité et Pouvoir* e editada em diversas publicações e traduções, sendo publicada no Brasil numa organização realizada por Roberto Machado com o título *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 1979). [↑](#footnote-ref-6)
7. Há também em *Os anormais* (2002) uma instigante reflexão sobre os investimentos econômicos que o poder realiza para melhorar sua eficácia e diminuir seus custos, dentro de aspectos legais, ou seja, aceitos dentro das normas e procedimentos da organização da sociedade. [↑](#footnote-ref-7)
8. O higienismo é um conceito há muitos séculos presente na cultura ocidental, mas estender essa preocupação aos gregos de Esparta, por exemplo, é uma empreitada arriscada pela dificuldade de estabelecer vínculos significativos com as implicações desse conceito no contexto do século XIX. [↑](#footnote-ref-8)
9. O termo utilizado por Foucault refere-se ao tratamento dos anormais, isto é, todos os que não se enquadram nas normas, abrangendo tanto os anormais físicos, quanto os morais. No caso do tratamento aos anormais por exclusão, ele situa historicamente o que era feito na Europa com os leprosos, impedidos de entrar nas cidades, ou seja, eram simplesmente excluídos do convívio social. [↑](#footnote-ref-9)
10. Em uma das teses defendidas na I Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba/PR em 1927, o educador paranaense Nicolau Meira de Angelis se refere aos problemas causados pela sífilis: perturbação no crescimento, deformidades ósseas, raquitismo da prole [...] imbecilidade, neurastenia, epilepsia, demência [...] monstruosidade e envelhecimento precoce. E termina citando o médico Renato Kehl: fealdade = sífilis. [↑](#footnote-ref-10)
11. [...] “essas formações discursivas colocam problemas de demarcação bem mais difíceis que o livro ou a obra” (FOUCAULT, 2007, p. 79). [↑](#footnote-ref-11)
12. Ao comentar este texto – considerado uma obra menor do filósofo holandês –, Revel afirma que a originalidade do trabalho não está na matéria exposta – uma coletânea de preceitos de moral da literatura clássica, mas na sua exposição a um público mais ampla do que o considerado educável: crianças e jovens da nobreza. “Assim a novidade de *A civilidade pueril* é, antes, de ordem antropológica e moral, na medida em que Erasmo pretende basear o vínculo social na aprendizagem generalizada de um código comum de comportamentos” (REVEL, 2002, p. 174). [↑](#footnote-ref-12)
13. Erasmo foi ordenado sacerdote da Ordem dos Agostinianos em 1492 (ERASMO, 2008, p.15). [↑](#footnote-ref-13)
14. “Galton, sem maior êxito, havia experimentado uma série de medições que correspondiam principalmente a registros fisiológicos e tempos de reação, que não constituíam verdadeiras medidas de inteligência” (GOULD, 1999, p. 151). [↑](#footnote-ref-14)
15. Após ter abandonado a craniometria, Binet “decidiu inventar uma série de tarefas que permitiriam avaliar de maneira mais direta os diferentes aspectos dessa capacidade” (GOULD, 1999, p. 151). [↑](#footnote-ref-15)